

“A Presença de Fundações Privadas em Universidades Públicas”

Relatório Integral referente ao debate realizado no dia 15/05/2012, das 17h30 às 19h30, como evento integrante da disciplina “Debates Atuais em Ciências Biomédicas” (BMB 5805) do programa de Pós-graduação em Fisiologia Humana.

Estrutura do debate:

- Apresentação dos debatedores e das normas do debate;
- Sorteio para determinar a ordem de apresentação dos debatedores;
- Considerações iniciais: 15 minutos para cada debatedor;
- Réplica das considerações iniciais: 3 minutos para cada debatedor;
- Abertura para questionamentos da platéia:
 - Dirigidas especificamente para um debatedor: 3 minutos de resposta, 2 minutos de réplica e 1 minuto e 30 segundos de tréplica;
 - Dirigidas aos dois debatedores: 3 minutos de resposta e 1 minuto e 30 segundos de réplica;
- Encerramento das considerações: 3 minutos para cada debatedor.

Os dois debatedores, durante suas explicações, foram avisados quanto ao tempo restante que possuíam através de placas mostradas por um integrante do grupo: 5 minutos, 1 minuto e 30 segundos.

Ao final, o debate foi estendido por mais 30 minutos além do tempo determinado, devido ao grande interesse de questionamentos vindo da platéia.

Os debatedores convidados para esse debate foram: Dr. Marcelo Ricardo Escobar, assessor jurídico da Fundação para o Desenvolvimento da UNESP (Fundunesp) e Dr. Ciro Teixeira Correia, ex-presidente da Associação dos Docentes da USP (Adusp).

O primeiro a expor suas idéias foi o Dr. Marcelo Ricardo Escobar, atualmente assessor jurídico da Fundunesp. Atuou por mais de 10 anos em escritório de grande porte, chefiando área de Consultoria e Contencioso Tributário.

Inicialmente Dr. Marcelo defendeu ser um entusiasta das fundações e do terceiro setor por considerar que estas são capazes de viabilizar idéias e serviços que as universidades públicas necessitam e não têm condições de gerir nem o processo, tão pouco os recursos humanos.

Citou os benefícios que o terceiro setor pode trazer às universidades, sendo um agente híbrido, o qual apresenta como uma de suas características a imunidade tributária. Dessa maneira, as fundações poderiam facilitar e aperfeiçoar os processos de interesse público geridos por elas.

Definiu as fundações como entidades sem fins lucrativos que como tal não perseguem lucros, possuindo somente um superávit, que deve ser revertido para a

entidade a qual está vinculada. Além disso, por ter envolvimento direto com o dinheiro público e com os benefícios tributários, a fundação é muito bem fiscalizada pela Receita Federal e pelo Ministério Público e presta contas a respeito do superávit, despesa e receita inerente à movimentação financeira.

Em seguida, iniciou-se a apresentação do Prof. Dr. Ciro Teixeira Correia, o qual exerceu a presidência da Adusp e do Andes Sindicato Nacional. Atualmente é membro do Conselho de Representantes e do GT/Jurídico da Adusp. É professor da USP desde 1982.

Iniciou uma apresentação em multimídia contextualizando o papel do Estado como provedor dos direitos da sociedade, que, no entanto, atualmente tem adotado uma postura neoliberal, no qual os interesses de mercado estão se sobrepondo ao comum. Mostrou como é feita a divisão dos recursos do produto interno bruto (PIB), com um investimento de 3% destinado à Educação, contrapondo países desenvolvidos com um investimento de 8%. Devido a este baixo investimento em prol da Educação, Pesquisa e Tecnologia a demanda atual não é suprida, praticamente exigindo a presença de fundações de apoio, que servem como um paliativo, mascarando a realidade.

Enfatizou que as agências de fomento não podem ser externas à universidade e que os interesses de instituições privadas sempre irão sobrepor-se aos interesses públicos. Cita como exemplo o “falso” superávit que nada mais é do que o lucro obtido com recursos públicos o qual é revertido para a própria fundação, como melhoramento em infraestrutura, benefícios para seus funcionários e acúmulo de bens; e a vinculação de funcionários do setor público com o privado, diminuindo assim sua autonomia e gerando conflitos de interesses.

Por fim, defende que a saída para diminuir a dependência do setor privado é organizar o Estado e fortalecer o setor público, dotando as universidades de um setor administrativo operacional capaz de gerir e suprir suas necessidades.

Imediatamente após suas explanações, deu-se início aos questionamentos da platéia, em que alguns pontos foram levantados:

- Quanto à utilização do nome da universidade pela fundação com o objetivo de promover cursos pagos, os debatedores se mostraram contra essa prática.

- Acerca dos benefícios que as fundações poderiam oferecer às universidades, o Dr. Marcelo insistiu no suporte prestado pelas fundações no que diz respeito a firmar convênios, gerir projetos, finanças e pessoas e que os recursos são vertidos para a própria universidade. Já o Prof. Dr. Ciro ressaltou que se é de interesse público, o próprio deve criar meios e se capacitar para executar e como exemplo, citou convênios que foram firmados com sucesso através do próprio departamento financeiro de um instituto.

- Com a dissolução das fundações o que aconteceria? Segundo o Dr. Marcelo, seria um mundo utópico, onde o Estado conseguiria desempenhar todos os seus deveres. E para o Prof. Dr. Ciro, caso fosse inevitável, a criação de alguma fundação, que esta deveria ser “pública”.

- Chegando a um denominador comum, os debatedores concordam que as universidades são ineficazes em prover, sozinhas, o necessário para uma gestão eficiente. Neste sentido, o Prof. Dr. Ciro sugere que haja fortalecimento do órgão público a fim de torná-lo autossuficiente, enquanto o Dr. Marcelo indica que as instituições particulares desempenham melhor essa função.

Por fim, apesar da ineficiência do Estado na gestão de os recursos e pessoas, este deveria ser responsável por executar esta importante tarefa. Enquanto isso não ocorre, as fundações desenvolvem essa tarefa de forma mais eficiente, mas em todos os casos quando existe o termo privado, o interesse particular acaba sobressaindo-se causando um conflito de interesses, perda da autonomia da instituição pública, além da possibilidade do uso indevido dos recursos financeiros.

Integrantes:

Lucila Emiko Tsugiyama

Marco Aurélio Salomão Fortes

Monica Massako Watanabe

Natália Ribeiro

Phablo Sávio Abreu Teixeira